

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 2
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-447-4

DOI 10.22533/at.ed.474200710

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo de estudos sobre as políticas públicas evoluiu ao longo dos séculos XX e XXI de modo reflexivo aos movimentos pendulares de maximização e minimização do tamanho do Estado nos contextos nacionais, apresentando um conjunto peculiar de instrumentos teórico-metodológicos multidisciplinares com finalidades não apenas descritivas, mas também prescritivas em uma realidade permeada pela complexidade.

Partindo de reflexões do campo de Políticas Públicas, a presente obra, intitulada “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 2”, configura-se por robusta coletânea de pesquisas empíricas relacionadas às áreas de Educação e Saúde, as quais possuem ricas e diferenciadas abordagens por meio de recortes metodológicos e teóricos próprios, demonstrando assim a riqueza do campo de estudos de políticas públicas.

Estruturado em 22 capítulos, o livro é o fruto de um trabalho coletivo de um perfil plural de profissionais comprometidos com os estudos empíricos de políticas públicas, o qual é caracterizado pelas distintas experiências de 48 pesquisadoras e 13 pesquisadores oriundos, nacionalmente, de todas macrorregiões brasileiras (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), e, internacionalmente, da Colômbia.

A organização desta obra obedeceu a um sequenciamento temático, de modo que apresenta uma panorâmica visualização das mais clássicas políticas sociais por meio, respectivamente, um eixo de discussões sobre políticas públicas relacionadas à Educação nos primeiros 12 capítulos, e um segundo eixo temático de discussões na área de Saúde nos 10 capítulos seguintes.

No primeiro eixo, a temática educacional é explorada por meio de capítulos que versam sobre assuntos variados, como política educacional nacional, ensino básico, ensino médio e ensino superior, representações visual e de competências linguístico-comunicativas, enfoques gerenciais na educação, equipes multidisciplinares e monitoria colaborativa no contexto educacional.

No segundo eixo, a Saúde é explorada desde enfoques macroanalíticos que exploram políticas nacionais específicas, gestão na Saúde Pública zika vírus no Brasil ou sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) até se chegar a enfoques microanalíticos de estudos de casos em ambiente hospitalar ou em unidades sanitárias ou mesmo sobre participação discente em diferentes estados brasileiros.

Com base nestes 22 capítulos, este livro apresenta variadas discussões sobre a realidade da Educação e da Saúde em suas matrizes como políticas públicas centrais no contexto do welfare state brasileiro, Estado de Bem Estar Social, em plena dinâmica de mutação que combina a hibridez sociocultural de tradicionalismos e novidades, bem como continuidades e mudanças.

Diante das diferentes contribuições ora apresentadas em linguagem fluida e acessível, este livro é direcionado para um amplo público leigo ou mesmo para profissionais e acadêmicos que buscam a especialização, razão pela qual estão todos convidados a explorarem o campo das políticas públicas em Educação e Saúde à luz de uma instigante leitura multidisciplinar fundamentada por diferenciadas análises e por um pluralismo teórico-metodológico que visam apreender a complexidade das realidades empíricas.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ATUAÇÃO COLABORATIVA ENTRE O PROFESSOR DO AEE E O TERAPEUTA OCUPACIONAL: AÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Orlando Sérgio Pena Mourão Junior

Lorena Costa Branco

Samantha Hanna Seabra Castilho Simões

DOI 10.22533/at.ed.4742007101

CAPÍTULO 2..... 12

A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: PROJETO EM CURSO

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.4742007102

CAPÍTULO 3..... 22

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Bernarda Elane Madureira Lopes

Clara Tatiana Dias Amaral

Cristiana Fonseca de Castro Oliveira

Ivanise Melo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.4742007103

CAPÍTULO 4..... 34

SUBVERSÃO EM PERFORMANCE NA ESCOLA PÚBLICA E DIÁLOGOS COM AS POLÍTICAS CULTURAIS

Thiago Camacho Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.4742007104

CAPÍTULO 5..... 49

O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAIS) À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA

Adelcio Machado dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4742007105

CAPÍTULO 6..... 63

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA CUMPRIMENTO DA META 12 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Angelo Luiz Cortelazzo

Carlos Vogt

DOI 10.22533/at.ed.4742007106

CAPÍTULO 7..... 75

CONSTRUINDO UMA GESTÃO PARA RESULTADOS: IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Wagner Pires da Silva

Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo
Gilmária Henllen Gondim Gomes
Erlene Pereira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.4742007107

CAPÍTULO 8..... 86

POLÍTICAS PÚBLICAS GERENCIALISTAS: EFEITOS NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Renata Machado
Márcia Barros de Sales

DOI 10.22533/at.ed.4742007108

CAPÍTULO 9..... 98

MONITORIA COLABORATIVA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CURSO DE PEDAGOGIA

Luzileida Sousa Correa
Ana Paula Vieira e Souza

DOI 10.22533/at.ed.4742007109

CAPÍTULO 10..... 111

AS INTERVENÇÕES DO PIBID ATRAVÉS DA ANÁLISE DE IMAGENS NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO CENTRO EDUCACIONAL 30 DE JUNHO

Ana Paula de Oliveira
Adriano Andrade de Abeu
Jean da Silva Santos
Marize Daminana Moura Batista e Batista

DOI 10.22533/at.ed.47420071010

CAPÍTULO 11..... 122

AS REPRESENTAÇÕES DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICO-COMUNICATIVA CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES PARAENSES DE INGLÊS

Makoy Santos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.47420071011

CAPÍTULO 12..... 134

FOTOJORNALISMO E GUERRA NA COLÔMBIA: A REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS INDÍGENAS AWÁ

Ana Luisa Fayed Sallas
Claudia Solanlle Gordillo Aldana

DOI 10.22533/at.ed.47420071012

CAPÍTULO 13..... 149

A PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE CACOAL-RO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Izabela Beatriz Santos Gomes Silveira
Beatriz Moutinho Bosso
Letícia Rodrigues de Souza Leal
Natalia Liz Ribeiro dos Santos

Juraci Tostes Pereira da Gama
Hítalo Calaça Aguiar
Maria Paula Cezar Silva
Keila Cassimiro Cordeiro Lipke
Celeste Santos Martins
Weliton Francisco Medeiros da Silva
Ana Karolina Monge Silva Romano Mendonça
Sheila Carminati de Lima Soares

DOI 10.22533/at.ed.47420071013

CAPÍTULO 14..... 156

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI

Thuanny Mikaella Conceição Silva
Gicinayana Luz Sousa Pachêco Bezerra
Erika Ravena Batista Gomes
Mirna Albuquerque Frota
Shearley Lima Teixeira
Maria dos Remédios Beserra
Solange Maria Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.47420071014

CAPÍTULO 15..... 167

IMPACTO DAS OFICINAS DESCENTRALIZADAS DO COSEMS/CE SOBRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Márcia Lúcia de Oliveira Gomes
Marizângela Lissandra de Oliveira Santiago
Mere Benedita do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.47420071015

CAPÍTULO 16..... 174

A POLÍTICA DE MONITORAMENTO E GESTÃO POR RESULTADOS DO PACTO PELA SAÚDE (PPS) EM PERNAMBUCO

Maria Fernanda Gomes Ribeiro de Andrade
Flávia de Oliveira Antunes

DOI 10.22533/at.ed.47420071016

CAPÍTULO 17..... 182

SAÚDE MENTAL NA POLICLÍNICA: REGIONALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM UMA ÁREA DESCENTRALIZADA DE SAÚDE

Francisco Anderson Carvalho de Lima
Camila Mascarenhas Moreira
Malbia Oliveira Rolim Barbosa
Francisca Verônica Moraes de Oliveira
Tauanaiara Nogueira de Moraes
Sergiana de Sousa Bezerra
Adriano Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.47420071017

CAPÍTULO 18	191
ENTRE O IDEAL E O REAL: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES NO COTIDIANO DE TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA	
Michele Cardoso Corrêa Naiane Barreto de Melo Júnia de Castro Flores	
DOI 10.22533/at.ed.47420071018	
CAPÍTULO 19	203
PAGAMENTO POR DESEMPENHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE NO PACTO PELA SAÚDE (PS) ENTRE 2006 E 2011: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DO CICLO DE VIDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Edmar Aparecido de Barra e Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.47420071019	
CAPÍTULO 20	223
CONTROLE INTERNO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: AÇÕES DO DENASUS	
Maria do Socorro Litaiff Rodrigues Dantas Maria do Socorro Pinto Brígido Ednir Dantas de Castro Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.47420071020	
CAPÍTULO 21	231
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM	
Liana Dias Martins da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.47420071021	
CAPÍTULO 22	242
ZIKA VÍRUS: ANÁLISE, DISCUSSÕES E IMPACTOS NO BRASIL	
Letícia Bugança Stelute Gabriela Caroline Coelho Canossa	
DOI 10.22533/at.ed.47420071022	
SOBRE O ORGANIZADOR	251
ÍNDICE REMISSIVO	252

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Data de aceite: 01/10/2020

Bernarda Elane Madureira Lopes

FAE/UEMG;
Belo Horizonte/MG

Clara Tatiana Dias Amaral

FAE/UEMG;
Belo Horizonte/MG

Cristiana Fonseca de Castro Oliveira

FAE/UEMG;
Belo Horizonte/MG

Ivanise Melo de Souza

UNIMONTES;
Montes Claros/MG

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a evasão escolar no Ensino Médio regular noturno, tendo em vista a complexidade e natureza multiforme desse fenômeno, e o contexto histórico, social, econômico e político ao qual estão inseridos os alunos dessa etapa. Tendo como foco de estudo a evasão escolar, apresenta-se, como objetivo geral, compreender os fatores que contribuem para a evasão escolar no Ensino Médio regular noturno em escolas públicas do município de Montes Claros/MG, no período entre 2010 e 2013, analisando o universo escolar em interface com o contexto, social, econômico e político nas dimensões macrosociais e microsociais. Esse estudo consiste numa investigação qualitativa, estruturou-se como um Estudo de Caso, optou-se pela utilização

das técnicas: entrevista com alunos evadidos, questionário com professores, caderno de campo e análise de documentos. Para aprofundamento na análise dos dados realizou-se a coleta dessas informações submetendo-as à análise de conteúdo para a construção dos resultados deste estudo. Os dados coletados foram analisados à luz de contribuições teóricas relativas às políticas públicas educacionais para o Ensino Médio, e de autores que conceituam a evasão escolar e discutem a condição juvenil nessa faixa etária. Nesse sentido conclui-se que a Evasão no Ensino Médio é causado por vários fatores sendo estes externos e internos aos muros da escola.

PALAVRAS-CHAVES: Evasão Escolar, Ensino Médio, Políticas Públicas.

PUBLIC POLICIES AND SCHOOL EVASION IN NIGHT HIGH SCHOOL.

ABSTRACT: The aim of this article is to discuss school dropout in regular high school at night, in view of the complexity and multiform nature of this phenomenon, and the historical, social, economic and political context to which students at this stage are inserted. With the focus of study on school dropout, the general objective is to understand the factors that contribute to school dropout in regular high school at night in public schools in the city of Montes Claros / MG, in the period between 2010 and 2013, analyzing the school universe in interface with the social, economic and political context in the macro-social and micro-social dimensions. This study consists of a qualitative investigation, structured as a Case Study, it was decided to use the techniques:

interview with dropouts, questionnaire with teachers, field notebook and document analysis. For further analysis of the data, this information was collected and submitted to content analysis for the construction of the results of this study. The data collected were analyzed in the light of theoretical contributions related to public educational policies for high school, and of authors who conceptualize school dropout and discuss the condition of youth in this age group. In this sense, it is concluded that Evasion in High School is caused by several factors, these being external and internal to the school walls.

KEYWORDS: School Dropout, High school, Public policy.

POLITICAS PUBLICAS ET ÉVASION SCOLAIRE EN NUIT SECONDAIRE

RÉSUMÉ: Le but de cet article est de discuter du décrochage scolaire au lycée régulier de nuit, compte tenu de la complexité et de la nature multiforme de ce phénomène, et du contexte historique, social, économique et politique dans lequel les élèves à ce stade sont insérés. En se concentrant sur l'étude du décrochage scolaire, l'objectif général est de comprendre les facteurs qui contribuent au décrochage scolaire au lycée régulier de nuit dans les écoles publiques de la ville de Montes Claros / MG, entre 2010 et 2013, en analysant l'univers scolaire en interface avec le contexte social, économique et politique dans les dimensions macro-sociales et micro-sociales. Cette étude consiste en une enquête qualitative, structurée comme une étude de cas, il a été décidé d'utiliser les techniques: entretien avec les élèves décrocheurs, questionnaire avec les enseignants, carnet de terrain et analyse de documents. Pour une analyse plus approfondie des données, ces informations ont été collectées et soumises à une analyse de contenu pour la construction des résultats de cette étude. Les données recueillies ont été analysées à la lumière des contributions théoriques liées aux politiques publiques d'éducation pour le secondaire et des auteurs qui conceptualisent le décrochage scolaire et discutent de la condition des jeunes de ce groupe d'âge. En ce sens, il est conclu que l'évasion au lycée est causée par plusieurs facteurs, ceux-ci étant externes et internes aux murs de l'école.

MOTS-CLÉS: Décrochage scolaire, École secondaire, Politique publique.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo busca compreender a evasão escolar no Ensino Médio regular noturno, tendo em vista a complexidade e natureza multiforme desse fenômeno, e o contexto histórico, social, econômico e político ao qual estão inseridos os alunos dessa etapa. À vista disso, há a análise das mediações entre as intermitências das políticas públicas educacionais para o Ensino Médio e a perpetuação da evasão escolar. Tendo como foco de estudo a evasão escolar, apresenta-se como objetivo geral: compreender os fatores que contribuem para a evasão escolar no Ensino Médio regular noturno em escolas públicas do município de Montes Claros/MG, entre 2010 e 2013, em interface com o contexto, social, econômico e político nas dimensões macrossociais e microssociais. Esse estudo consiste numa investigação qualitativa. Estruturou-se como um Estudo de Caso utilizando-se das técnicas: entrevista com alunos evadidos, questionário com professores, caderno de campo

e análise de documentos. A coleta dessas informações foi submetida à análise de conteúdo para a construção dos resultados deste estudo. Os dados coletados foram analisados à luz de contribuições teóricas relativas às políticas públicas educacionais para o Ensino Médio e de autores que conceituam a evasão escolar e discutem a condição juvenil nessa faixa etária. Conclui-se que a Evasão Escolar no Ensino Médio em Montes Claros é causada por vários fatores de origem interna e externa à escola, sendo os principais: a trajetória intermitente desses alunos, a necessidade de trabalhar, gravidez precoce, dentre outros fatores.

21 A SITUAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ESSA ETAPA.

Nas últimas décadas, o Ensino Médio recebeu atenção específica das políticas públicas por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (9394/96) que expandiu a obrigatoriedade e gratuidade da educação até os 17 anos. Pode-se inferir que essa mudança foi uma grande conquista para os brasileiros que tiveram, garantido por Lei, o acesso à educação.

Logo, foram concretizados alguns avanços visto que as disposições gerais no art. 22 apontam que a Educação Básica tem por finalidade: “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2010, p. 20). Mesmo diante dos problemas e dificuldades para a efetivação dessa finalidade, tem-se de admitir que a garantia do Ensino Médio como parte integrante da Educação Básica representa um marco histórico para as parcelas menos favorecidas da população brasileira, e, conseqüentemente, excluídas da escolarização ao longo dos anos.

A LDBEN (9394/96) estabelece para a Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, uma carga horária mínima de oitocentas horas¹ distribuídas com o mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar letivo. Destaca-se que essa modalidade de ensino, segundo o art. 35 da referida Lei, configura a etapa final da Educação Básica com duração mínima de três anos tendo como finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

1. Com a aprovação da Lei nº 13.415/2017 a carga horária mínima para o Ensino Médio foi alterada, segundo o § 1º da referida Lei, “A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no Ensino Médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017”.

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo

a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
(BRASIL, 2010, p. 28)

O artigo supracitado garante a possível continuação dos estudos, tanto para os concluintes do Ensino Fundamental, quanto para aqueles que, por algum motivo, abandonaram a escola. A oportunidade é dada aos concluintes de receberem uma formação que valorize a pessoa humana como cidadão, bem como formação básica para o mercado de trabalho.

Contudo, o fato de ser garantido por Lei, não assegura a qualidade, o acesso e a permanência dos alunos na escola. Nesse sentido, tal etapa de ensino tem sido motivo de discussões, visto que, apresenta ao longo dos anos grandes desafios e dificuldades com relação ao acesso, à permanência e à conclusão da Educação Básica. Esse cenário tem exigido das políticas e das metodologias de ensino novas tomadas de decisões e posturas diante dos desafios apresentados visando melhorar a qualidade do ensino e a evasão dos alunos.

Sérios obstáculos, ao longo da história do Ensino Médio, podem ser analisados e verificados como causa da evasão escolar, ausência de qualidade no ensino e, logo, ausência da aprendizagem nesta etapa de escolarização. Extintas com mudança de governo, a criação e revogação de políticas públicas educacionais que, por mais que sejam importantes e significativas, são exemplos e causas. Assim, a descontinuidade de políticas públicas e não, partidárias, desfavorece alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem tornando problema recorrente não apenas em Minas Gerais, mas em quase todos os Estados brasileiros.

A evasão escolar é um fenômeno que atinge todos os níveis da educação e possui uma natureza multiforme (DORE, 2013) visto que se manifesta de várias maneiras ao longo da vida escolar. Quando se trata do Ensino Médio regular noturno, a questão agrava influenciada pelo percurso histórico de fracasso escolar dos alunos, o que constitui um dos grandes desafios para as políticas públicas educacionais no país.

Por conseguinte, as críticas e análises sobre a evasão no Ensino Médio, têm sido veementemente pautada nos baixos resultados apresentados nas avaliações sistêmicas as quais explicitam o alto índice de repetência e abandono no Ensino Médio público. Ressalta-se que, embora tenha acontecido uma ampliação do acesso ao Ensino Médio, este não é garantia de aprendizagem e permanência dos alunos na escola. Pode-se afirmar que a falta de políticas públicas educacionais específicas para o incentivo e permanência do aluno na

escola, com qualidade de ensino, e, quando criadas, são intermitentes, sendo extintas a cada novo governo, sem ser considerada sua eficácia e valor positivo na vida dos alunos.

Ao considerar a complexidade da evasão escolar, é importante compreender que esse não é um fenômeno isolado, faz parte de um processo maior, que é o fracasso escolar. Nesse viés, não se pode fazer do aluno o centro do fracasso escolar, pois tal responsabilidade é atribuída a todos os envolvidos na educação: o Estado, a família, a comunidade escolar (professores, funcionários, pais e alunos), o sistema educacional, as políticas públicas e as condições sociais e econômicas da sociedade da qual faz parte o educando.

No fracasso escolar, para Patto (2010), estão envolvidos vários aspectos como: os funcionais e estruturais do sistema de ensino; as concepções de trabalho e de ensino; preconceitos e estereótipos sobre a clientela considerada mais carente. Ademais, como os alunos do Ensino Médio das escolas públicas, na sua maioria, são oriundos das classes populares, a evasão passa a ser mais séria, inviabiliza a continuidade dos estudos, fato que priva o aluno, dessa faixa etária e classe social e econômica, de ter mais chances de cursar o Ensino Superior ou de inserir-se no mercado de trabalho.

Segundo Azevedo e Reis (2013), alguns fatores referentes à evasão têm gerado uma discussão ligada, na maioria das vezes, aos resultados quantitativos de aprendizagem os quais têm demonstrado alto índice de repetência e abandono no Ensino Médio público, como afirmam os autores:

O Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, tem sido o foco permanente de discussões, reflexões e problematizações no âmbito da mídia, dos círculos acadêmicos, das organizações econômicas e em diversos espaços da sociedade. Isso se deve, em grande parte, ao histórico quadro de fracasso escolar que essa etapa da educação formal tem conservado ao longo das últimas décadas. O problema do Ensino Médio, historicamente constatado, é hoje um dos principais desafios para as políticas educacionais, em função das perdas materiais e humanas determinadas pelos baixos resultados alcançados. (AZEVEDO; REIS, 2013, p. 28).

Nesse contexto, investigar a evasão escolar no Ensino Médio implica compreender questões históricas, sociais e econômicas dos alunos envolvidos. Essa história deve ser enxergada como parte de uma totalidade, visto que segundo Frigotto e Ciavatta (2011):

Qualquer que seja o objeto de análise no campo das ciências humanas e sociais que se queira tratar no plano da historicidade, vale dizer, no campo das contradições, mediações e determinações que o constituem, implica necessariamente tomá-lo na relação inseparável entre o plano estrutural e o conjuntural. Por outra parte, implica tomar o objeto de análise não como um fator isolado ou soma de fatores, mas através das mediações que o constituem como parte de uma totalidade histórica. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011, p. 621)

Dessa maneira, o Ensino Médio não pode ser discutido isoladamente, ou seja, as políticas, ideologias e concepções relativas à educação, nessa etapa, somente terão sentido se analisadas no conjunto das relações sociais inseridas em um determinado contexto histórico.

Historicamente, no Ensino Médio, o que tem prevalecido é a tentativa de superar um currículo marcado pela dualidade entre uma educação voltada para uma formação propedêutica (continuidade dos estudos) e uma educação voltada para o trabalho. Assim, para Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 133), “o Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, mantém-se como objeto de análise e discussão, e, especialmente, tem sido um desafio equacionar a dualidade entre o seu caráter profissionalizante e ou propedêutico”.

Nesse âmbito, a busca por uma educação voltada para uma formação plena do indivíduo que vise não apenas a formação para o mercado de trabalho e ou para ingressar no Ensino Superior, deve ser entendida como uma luta que se arrasta por décadas. De acordo com Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 134) a universalização do Ensino Médio com qualidade pressupõe:

Ações que visem a inclusão dos alunos no processo educacional com garantia de acesso a educação, permanência na escola e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento a diversidade socioeconômica cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo igualdade de direitos; e o desenvolvimento da gestão democrática (FRITSCH; VITELLI; ROCHA, 2014, p. 134).

Por conseguinte, Dourado (2011, p. 7) pontua que “na história da educação brasileira, o Ensino Médio e a Educação Profissional vêm sendo marcados por políticas, programas e ações que traduzem a secundarização dessas etapas e modalidades da educação básica”. Sobre as políticas desenvolvidas nos últimos anos, o autor afirma:

Nos últimos anos, novas políticas foram direcionadas à educação básica, em todas as etapas e modalidades. Lembre-se a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em vigor desde janeiro de 2007, a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que aprova a ampliação da obrigatoriedade, propondo a universalização na educação de 4 a 17 anos, até 2016. E, especialmente no Ensino Médio e educação profissional, a aprovação do Decreto nº 5.154, de 2004. Todo esse processo, apesar dos avanços legais, traduz a complexidade e a busca de organicidade das ações, programas e políticas, de modo a garantir a universalização do ensino obrigatório de 4 a 17 anos, até 2016. (DOURADO, 2011, p.7).

Logo, afirma-se que, embora tenham sido elaboradas políticas para o desenvolvimento do Ensino Médio, como o Decreto nº 5.154/2004 - que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional quanto a educação e dá outras providências – e, a Emenda Constitucional nº 59/09 -que propõe a universalização na educação de 4 a 17 anos, os baixos índices de matrículas e os índices de evasão nessa etapa, revelam

a necessidade de políticas específicas que visem à democratização do acesso e a permanência dos alunos no Ensino Médio. São necessárias políticas que primem pela qualidade do ensino, visto que uma educação básica de qualidade para todos deve atender as finalidades propostas para o Ensino Médio, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96 no art. 35:

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Para que seja efetivada essa qualidade na Educação Básica, como prevê a LDBEN 9394/96, Fritsch, Vitelli e Rocha (2014) abordam a necessidade de se formular políticas públicas que sejam voltadas para o atendimento a essa etapa. Portanto, concorda-se com os fatos apresentados pelos autores pois, os alunos do Ensino Médio encontram-se em condições de defasagem idade-série e compõem um universo bastante representativo numa análise geral sobre a Educação Básica brasileira.

Os autores mencionados afirmam que:

Para além da universalização do acesso à educação, é preciso também a implantação de políticas voltadas a permitir a possibilidade de o estudante permanecer na escola, dando continuidade a seus estudos, até a conclusão de cada etapa do sistema educacional. Desde muito tempo, a literatura tem apontado que a repetência gera consequências muito negativas, não somente para o indivíduo, mas para o sistema educacional como um todo (FRITSCH; VITELLI; ROCHA, 2014, p. 147).

À vista disso, para Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 147), a situação de repetência, defasagem idade-série dentre outras situações vivenciadas pelos alunos do Ensino Médio noturno, estimulam a evasão “impedindo o fluxo do aluno no sistema educativo”.

3.1 FATORES ATRIBUÍDOS À EVASÃO SEGUNDO O DISCURSO DE EX-ALUNOS E PROFESSORES

Para coleta dos dados referentes aos motivos da evasão escolar no Ensino Médio noturno em Montes Claros², foram realizadas entrevista com alunos e professores em 5 escolas na cidade de Montes Claros, que atendiam ao Ensino Médio regular noturno. Foi possível identificar e fazer a contagem desses alunos pelo fato de essas informações constarem nos documentos do SIMADE (Sistema Mineiro de Administração Escolar).

Para a identificação dos alunos evadidos, foram localizados os nomes dos alunos na documentação que continha como exemplo o seguinte registro: aluno encerrado em 01/05/2012 – Motivo do Encerramento: deixou de frequentar; e, do aluno que no Livro de matrícula, constava registrado como: abandonou o curso. Para a realização das entrevistas, foram listados 189 ex-alunos das cinco escolas³, sendo quarenta e três da escola A, cinquenta e um da escola B, quarenta e seis da escola C, trinta e cinco da escola D e quatorze da escola E. Desses, foram procurados e ou contactados noventa e cinco ex-alunos. A amostra finalizou em vinte ex-alunos. O critério de escolha dos alunos foi realizado aleatoriamente, porém seguindo parâmetros, como: ter deixado de frequentar a escola no período referente ao recorte da pesquisa que corresponde aos anos entre 2010 e 2013.

Além da entrevista semiestruturada com os alunos evadidos, aplicou-se questionário aos professores das escolas selecionadas. Em relação aos professores foram aplicados trinta e três questionários ao todo, no universo de cinco escolas nas quais, o Ensino Médio regular noturno, ainda estava em funcionamento. O questionário foi elaborado com nove questões fechadas que permitiram a caracterização dos sujeitos, dentre outras questões. Também, quinze questões abertas sobre a problemática da pesquisa e questões sobre a precarização do trabalho docente. Ressalta-se que as entrevistas com os professores do Ensino Médio das respectivas escolas foram realizadas no horário de trabalho dos mesmos.

Pode-se destacar que vários foram os fatores apresentados pelos entrevistados durante as entrevistas. Entre os fatores atribuídos pelos alunos e professores à evasão escolar, alguns estão relacionados à necessidade de trabalhar, à gravidez precoce, ao desânimo para os estudos, desmotivação, dificuldade de locomoção, além da falta de programas de governo para o Ensino Médio que incentivem a permanência dos alunos na escola. Para esse estudo em questão foi selecionado alguns fatores que serão apresentados no decorrer da discussão.

Nesse sentido, Volpi, Silva e Ribeiro (2014, p. 6) pontuam que, independentemente do lugar, ou seja, do Estado ou da região onde esses alunos moram, a relação desses jovens com a escola mantém o mesmo padrão, isto é, “os obstáculos também são semelhantes.

2. Pesquisa realizada no período de 2014 a 2017, em todas as escolas de Montes Claros que ofereciam o Ensino Médio regular noturno no período da realização da pesquisa.

3. As escolas foram denominadas A,B,C,D e E, para manter o anonimato das mesmas.

Alguns deles estão relacionados ao contexto socioeconômico como: a necessidade do trabalho, a gravidez precoce, a violência familiar e no entorno da escola”. Outras dificuldades estão relacionadas à organização do trabalho escolar, como por exemplo: os conteúdos distantes da realidade vivida por esses alunos, a gestão da escola, a desmotivação, a violência dentro e fora da escola, às condições precárias dos estabelecimentos de ensino e às precárias condições de trabalho dos professores.

A necessidade de trabalhar foi um fator externo à escola mencionado pelos alunos evadidos. Dos entrevistados, sete justificaram que o motivo para o abandono da escola estava relacionado ao trabalho ou ao sustento, e, esse trabalho, segundo os entrevistados, gerou muito cansaço e desânimo em função da longa jornada. Há ainda, a dificuldade de administrar estudos e trabalho, como relatado a seguir:

Desânimo, pois comecei a trabalhar, eu estudava à noite, aí eu ficava muito cansada, aí acabei desistindo. (AE15)

Ah! É porque eu comecei a trabalhar né! Comecei a estudar de noite, chegava cansado, fui desanimando. Aí eu fui e parei! (AE13)

Os professores entrevistados apontaram que a entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho em função da necessidade de se manterem e da ajuda no sustento familiar, como um dos maiores causadores da evasão no Ensino Médio noturno. Registra-se:

Necessidade que o aluno tem de trabalhar, fato que o leva a ter dificuldades de conciliar emprego e estudos. Questões pessoais como: alunas que têm filhos, marido, casa. Alunas grávidas e etc. (P5)

Questões familiares, cansaço com o trabalho diário, violência no espaço escolar e nas ruas, o que causa insegurança. (P6)

Em relação à maternidade precoce, ex-alunos e professores entrevistados, apontaram esse fator como causador da evasão escolar, como se observa nas falas logo abaixo:

Que eu engravidei...Aí eu fiquei sem ânimo de ir à escola... Aí eu fui e parei. Eu tava com 17. (AE1)

Engravidei de Isabela, aí não teve como, ela não ficava com ninguém, aí depois veio a outra. (AE7)

- Maternidade e paternidade precoces.

- Falta de motivação e orientação da família, professores, sociedade, escola.

- Cansaço, após um longo dia de trabalho
- Oportunidade, trabalho em tempo integral.
- Aulas pouco produtivas por parte de alguns profissionais. (Alguns por estarem esgotados por causa da longa jornada). (P3)
- Fator financeiro, trabalho, cansaço, gravidez precoce. (P14)

Por conseguinte, quanto ao trabalho na adolescência e à gravidez precoce, concorda-se com Laranjeiras, Iriart e Rodrigues (2016, p. 122) ao dizerem que o adolescente ou jovem que enfrenta uma gravidez precoce ou entra, precocemente, no mercado de trabalho, têm a sua juventude roubada, ou seja, ao antecipar a vida adulta, perdem a oportunidade de “usufruir das experimentações – afetivas, biopsíquicas e cognitivas (quadro que afeta, sobretudo, estudantes da escola pública) – típicas de um breve ciclo da vida, importantes para a vida adulta”.

Nesse sentido a questão socioeconômica é confirmada por Soares (2011) quando aponta que a gravidez precoce é um fenômeno que “parece impressionar a sociedade contemporânea. Embora se conforme como um objeto complexo cuja análise remete à totalidade social” é tratado, no entanto, de maneira isolada, fragmentada. A escola diante dessa situação segue o mesmo caminho não conseguindo manter as alunas grávidas na escola ou o seu retorno após o parto.

Percebe-se ainda no discurso dos entrevistados que o desânimo para os estudos devido as dificuldades causadas pelas dificuldades de frequentar a escola, como por exemplo a longa jornada de trabalho diário que antecede a escola, a dificuldade de se manterem na escola, o deslocamento, e a falta de políticas públicas que amparem e incentivem o aluno a permanecerem na escola contribuem para que suas forças sejam minadas e conseqüentemente o aluno desista de concluir essa etapa de ensino.

Nesse contexto, os motivos que contribuíram para a evasão, conforme o discurso dos professores, estão relacionados a questões internas e externas à escola. Assim, mencionam-se aspectos de infraestrutura da escola, aspectos metodológicos para a realização do trabalho, a falta de recursos materiais e questões relacionadas à precarização do trabalho docente. Por fim, a falta de políticas que incentivem esses alunos a permanecerem na escola e concluírem o Ensino Médio.

4 | CONCLUSÃO

Sendo a evasão um problema crônico e histórico no contexto educacional brasileiro, ela acontece em todos os níveis da Educação Básica. Ao se tratar do Ensino Médio noturno, constata-se que esse fenômeno acontece entre alunos das classes menos favorecidas posto que não se percebe sua frequência nas classes privilegiadas da sociedade. A evasão

perpetua o ciclo da pobreza pois, interrompe o processo de formação dos alunos e prejudica suas perspectivas de continuidade dos estudos, de trabalho e ascensão social.

Destaca-se ainda em relação à evasão escolar no Ensino Médio que a intermitência das políticas contribuem para a manutenção dessa situação pois, em alguns momentos recua e, em outros, avança como no caso da promulgação da LDBEN 9394/96 que houve um avanço no sentido de integração dessa etapa, e o grande retrocesso com a promulgação da Lei 13.415/2017 que precariza o trabalho docente com a contratação de professor por notório saber. Consequentemente, influencia de maneira negativa o processo ensino-aprendizagem, dentre outras questões.

Constata-se que a necessidade de trabalhar apontada pelos professores, também foi declarada pelos alunos como um dos motivos para evasão. Registra-se que os entrevistados disseram que o motivo para a evasão estava relacionado à necessidade de trabalhar para se manterem ou ajudarem no sustento da família, mencionando que a jornada diária é muito longa, além da dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos, quer seja no horário de aula e ou nas atividades extraclasse.

Os discursos dos entrevistados revelaram que o motivo da evasão também está relacionado à gravidez precoce. Pode-se afirmar que gravidez pode acontecer em qualquer momento, seja no Ensino Médio ou em estudos posteriores. No entanto, a questão da evasão não está na gravidez não programada e sim, no fato dessas alunas pertencerem à classe econômica de baixa renda. Essa realidade associada à gravidez interfere diretamente na decisão de deixar a escola.

Para concluir, de acordo com Marchesi e Perez (2004, p. 23), afirma-se que não existe uma única explicação para o fracasso escolar. Logo, deve-se considerá-lo à partir de uma perspectiva multidimensional “este, como a própria educação, é uma realidade difícil de apreender porque nela influem de forma interativa, múltiplas dimensões, cuja influência relativa, além disso, varia ao longo do tempo”. Nesse sentido pode-se afirmar que condições sociais, familiares, o sistema educacional, a organização e funcionamento das instituições de ensino, a prática docente e a disposição do aluno para a aprendizagem, estão relacionadas; desse modo, à evasão que faz parte da realidade do fracasso escolar no Ensino Médio regular noturno, e que, no entanto, precisa-se de uma atenção especial da sociedade e das políticas públicas educacionais, na tentativa de erradicar o problema.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. - **Reestruturação do ensino médio: pressupostos teóricos e desafios da prática.** — 1ª. ed. — São Paulo: fundação Santillana, 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 23 dez. 1996, p. 27.833.

_____. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 26 jul. 2004, p. 18.

_____. Lei 13.415/2017. - **Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em 04/05/2020.

_____. **Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009 – Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em 04/05/2020.

DORE, R. - **Evasão e repetência na rede federal de educação profissional** - XXXVII RediTec - Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Maceió – Alagoas. Setembro 2013. Disponível em: <http://www.reditec.ifal.edu.br/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf/>

DOURADO, L. F. - **Retratos da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação** (Esforce) – V. 5, n. 8, jan./jun.2011 – Brasília: CNTE, 2011 – Semestral.

FRIGOTTO G., CIAVATTA M. - **Perspectivas sociais e políticas da formação de nível Médio: Avanços e entraves nas suas modalidades.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul.-set. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15/04/2017.

FRITSCH, R., VITELLI, R. F., ROCHA, C. S. - **Para que jovens? Que políticas? – perfil de alunos ingressantes no ensino médio e políticas educacionais.** Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

PATTO, M. H. S. - **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SOARES, C. B.; - **Juventude e saúde: concepções e políticas públicas** - Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira: Juventudes Contemporâneas: Um Mosaico de Possibilidades. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. 362p.

VOLPI, M., SILVA, M. S., RIBEIRO, J. - **10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos.** 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Atenção Básica 161, 177, 183, 190, 192, 194, 195, 197, 198, 201, 202, 223, 237, 245

Atenção Psicossocial 156, 160, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190

Auditoria 173, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Avaliação 6, 8, 13, 16, 19, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 76, 82, 96, 106, 107, 118, 133, 150, 164, 165, 170, 171, 173, 176, 182, 185, 196, 202, 205, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 246, 247, 251

C

Capacitação 8, 14, 19, 52, 72, 102, 111, 129, 152, 165, 167, 170, 171, 172, 176, 185, 188, 193, 196

Ciclo de Vida 203, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214

Competência Linguístico-Comunicativa 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Controle Interno 223, 224, 226, 227, 229, 230

Criança 241, 242, 244, 248

Cultura 15, 17, 34, 35, 37, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 61, 142, 143, 148, 161, 174, 180, 209, 235

D

Deficiência Intelectual 1, 2, 3, 6, 8, 9

Desempenho 5, 6, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 88, 92, 101, 124, 169, 174, 175, 176, 180, 203, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 251

Docente 6, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 29, 31, 32, 52, 53, 56, 57, 58, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 127, 131

E

Educação 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 37, 46, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 86, 87, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 115, 122, 129, 156, 174, 175, 180, 181, 190, 221, 229, 249, 251

Educação Básica 12, 14, 16, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 99, 100, 106, 180, 181

Ensino 1, 3, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 49, 57, 63, 65, 71, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 111, 127, 133, 156

Ensino Médio 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 41, 42, 49, 83, 103, 127, 180

Ensino Superior 26, 27, 51, 52, 56, 57, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 80, 82, 98, 100, 105, 108, 109, 156

Equipamentos Coletivos 156, 159, 161

Equipe Multiprofissional 191, 194, 195, 197

Escola 4, 5, 8, 9, 10, 12, 15, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 99, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 144, 182, 231, 232, 251

Estado 11, 14, 17, 20, 26, 29, 35, 37, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 106, 111, 112, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 137, 141, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 191, 192, 193, 204, 206, 209, 215, 217, 220, 223, 225, 239, 245

Evasão Escolar 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32

F

Formação Continuada 12, 13, 15, 16, 19, 20, 100, 102, 104, 127, 129, 132

Formação de Professores 11, 12, 13, 15, 98, 110, 112, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 132

Fotografia 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Fotjornalismo 134, 135, 136

G

Geografia 73, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 121, 251

Gestão 20, 49, 75, 76, 78, 85, 96, 97, 103, 105, 156, 165, 166, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 205, 206, 219, 251

Gestão por Resultados 76, 85, 90, 174, 175, 176, 177, 180, 181

H

Homem 45, 115, 117, 139, 200, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 247, 248

Hospitais 161, 168, 169, 176, 177, 214, 225

M

Microcefalia 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250

Monitoramento 65, 73, 74, 174, 176, 177, 185, 212, 223, 224, 225, 229

Monitoria 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

N

Núcleo de Apoio à Saúde da Família 191, 192, 193, 197, 199, 202

P

Pacto pela Educação 174, 175

Pacto pela Saúde 174, 175, 176, 203, 205, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Pagamento por Desempenho 203, 205, 214, 216, 217, 218

PIBID 111, 112, 114, 115, 118, 119, 120, 121

Planejamento 10, 54, 61, 75, 78, 84, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 171, 174, 175, 176, 189, 199, 200, 202, 224, 227, 229, 246

PNAISH 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

PNE 20, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74

Política Pública 88, 93, 111, 112, 162, 174, 176, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 216, 221, 239, 242, 245, 246, 249

Professor 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 70, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 118, 123, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 251

Proficiência Linguística 122, 124, 130

S

Saneamento Básico 165, 242, 245, 246, 248, 249, 250

Saúde 11, 37, 95, 96, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 248, 250

Saúde Mental 156, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 196

Saúde Pública 155, 168, 176, 182, 192, 200, 217, 220, 234, 236, 240, 243, 249

Segregação Socioespacial 156, 157, 159, 162, 164, 165

Serviços de Saúde 150, 152, 160, 161, 162, 163, 169, 174, 176, 178, 180, 188, 192, 195, 203, 205, 214, 216, 217, 218, 231, 234, 235, 237, 238, 239, 240

Sinais 5, 49

Sistemas de Informação 95, 167, 169, 170, 171, 172

Stakeholder 78, 83, 84

SUS 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 162, 164, 169, 170, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 237, 238, 239, 240, 244, 245

T

Tecnologia Assistiva 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Terapeuta Ocupacional 1, 3, 4, 7, 8, 10, 11

U

Universidade 1, 5, 6, 9, 10, 11, 20, 48, 49, 63, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 111, 112, 118, 120, 121, 124, 129, 130, 133, 134, 156, 160, 182, 191, 223, 231, 232, 248, 251

Z

Zika Vírus 242, 243, 245, 248, 249

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 